

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A. (Golden Actives), bem como, as respectivas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

No ano de 2014, o crescimento económico global ficou aquém das expectativas iniciais o que obrigou o FMI e outras entidades a rever em baixa e de forma consecutiva as estimativas ao longo do ano. Os EUA e o Reino Unido terão sido as economias com maior crescimento entre os países do G20, com taxas de crescimento superiores a 2.5% e este contexto permitiu que a Reserva Federal norte-americana (FED) pusesse termo ao seu programa de expansão monetária em Outubro. O FED mantém contudo as taxas de juro próximas de 0% e portanto uma política monetária extremamente expansiva assegurando que apenas alterará o *status quo* quando a taxa de inflação começar a mostrar sinais de uma subida sustentada e a folga no mercado de trabalho desaparecer. Já o Banco Central Europeu (BCE) reduziu em Junho as suas principais taxas diretoras e anunciou medidas adicionais de cedência de liquidez ao sistema bancário. Estas iniciativas visavam fomentar o crédito à economia e responder às pressões deflacionistas, mas acabaram por se revelar insuficientes e o crescimento económico na zona euro permaneceu anémico e a retoma sustentada continuou a ser uma miragem. O crescimento PIB na zona euro ficou abaixo de 1.0% e a taxa de inflação caiu para próximo de zero (0.5%) reavivando o fantasma da deflação.

Mercados Financeiros

Esta situação macroeconómica acabou por ser espelhada na performance dos mercados financeiros. Assim, os mercados acionistas avançaram para valores máximos históricos nos EUA (o índice S&P 500 registou o seu fecho máximo histórico a 29 de Dezembro acima dos 2.090 pontos e fechou o ano com uma valorização de 11%) enquanto os seus congéneres Europeus registaram desempenhos muito menos interessantes (+1.2% no Eurostoxx 50) ou mesmo em alguns casos extremamente negativos. Destaque para o PSI20, que com uma perda de 26.8% apenas ficou atrás da Rússia (-42.4%) e da Grécia (-28.5%) no ranking dos índices com pior desempenho a nível mundial. No início do ano existia grande otimismo em torno das ações portuguesas e efetivamente no 1º trimestre o PSI20 registou um ganho de 16%. No entanto, tudo se alteraria primeiro com o agravar das tensões entre a UE e a Rússia devido à Ucrânia e um regresso do fantasma da estagnação económica na zona euro e, posteriormente, com o estrondoso colapso do Grupo Espírito Santo e consequentemente do próprio BES.

Em claro contraste com a evolução dos mercados acionistas, os custos de financiamento de Espanha, Itália e Portugal desceram para valores mínimos históricos. As yields das OT nacionais a 10 anos fecharam nos 2,69% (uma descida de cerca de 3 pontos percentuais no ano) e o índice de dívida pública portuguesa registou a melhor performance com um ganho de 22.7%. Este desempenho ficou em grande parte a dever-se à estratégia de comunicação do BCE que tem vindo a sinalizar a possibilidade de o banco central avançar para um programa de compra de dívida soberana. A efetiva capacidade do BCE para implementar um *quantitative easing* na Europa, algo que sempre foi muito contestado pela Alemanha, será aliás uma das principais situações a monitorizar em 2015. As duas reuniões do BCE no primeiro trimestre do ano realizam-se a 22 de Janeiro (apenas 3 dias antes das eleições na Grécia) e a 5 de Março. Em termos de performance da dívida a exceção acabou mesmo por ser a Grécia cujas *yields* se mantiveram próximas dos 10% em virtude da crise política e do risco de uma nova reestruturação de dívida.

Nos mercados cambiais a trajetória de apreciação do dólar americano foi avassaladora. Efetivamente o USD foi a divisa mais forte entre as moedas principais apreciando-se 18.5% contra a Coroa Norueguesa, 17.5% contra a Coroa Sueca e 12% contra o Iene. Já contra o Euro a moeda norte americana apreciou-se mais de 12%, encerrando o ano nos 1.214, o que constitui o valor mais baixo desde meados de 2012.



Igualmente impressionante, mas pela negativa, foi a evolução dos preços do petróleo nos mercados internacionais durante o segundo semestre do ano. Depois de em Junho esta importante matéria-prima atingir nos mercados internacionais máximos relativos recentes cotando acima dos 100 USD, o petróleo entrou numa trajetória de correção violenta tendo terminado o ano próximo dos 50 USD. Esta queda veio acentuar as pressões deflacionistas na zona euro e veio principalmente criar uma forte pressão sobre alguns dos países cujas contas públicas e contas externas estão mais dependentes das receitas desta matéria-prima como a Venezuela, a Rússia, o Irão ou Angola. Sob enorme pressão ficaram igualmente as empresas que realizaram no passado recente grandes investimentos em novas explorações que, aos preços atuais, dificilmente serão economicamente viáveis, como a Petrobras e diversas empresas de média dimensão que apostaram na exploração de fontes não convencionais de petróleo como o *shale oil* na América do Norte.

Para os mercados, 2015 promete ser desafiante. Teremos eleições importantes na Europa (as já referidas na Grécia, mas também em Espanha, Reino Unido, Portugal, Finlândia e Suécia), com os partidos anti união Europeia a ganhar força e o regresso da ameaça de saída da Grécia da Zona Euro. Já na primeira reunião de 2015 o BCE anunciou que irá finalmente avançar com a implementação de um *quantitative easing* na Zona Euro mas a capacidade de implementação e os efeitos práticos do programa são ainda uma enorme incógnita. Paralelamente a queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais poderá trazer ameaças de instabilidade interna nos países mais dependentes das receitas das exportações desta *commodity* e conduzir a falências / agravamento do risco de crédito nas empresas do sector da energia.

ATIVIDADE

A sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

No que toca à atividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker), cumprir dar nota do seguinte:

Embora beneficiando de uma equipa comercial alargada, a atividade na corretagem (execução de ordens) sofreu um decréscimo mais relevante no segmento dos clientes institucionais. No segmento dos clientes de retalho, a atividade na corretagem até foi ligeiramente superior à verificada em 2013. Contudo, no somatório dos dois segmentos o valor final foi inferior e traduziu-se na diminuição dos proveitos a seguir descrita.

O produto bancário decresceu substancialmente (688.315€ em 2014 versus 1.306.748€ em 2013) fundamentalmente explicado pela diminuição dos proveitos via serviços e comissões (2.091.467€ em 2014 versus 2.928.486€ em 2013, isto é, uma variação negativa de 29%), sendo que os encargos com esses serviços e comissões não diminuíram na mesma proporção (1.295.625 em 2014 versus 1.606.828€ em 2013, isto é, uma variação negativa de 19%), por não existir uma correspondência alargada entre estes fatores. Ainda do lado dos custos, registou-se um ligeiro aumento na rubrica de custos de pessoal em 4%; não totalmente compensado pela diminuição de 2% na rubrica de gastos gerais. Decorrente do exposto, a Golden Broker obteve resultados bastante inferiores aos de 2013, apresentando valores negativos, de -417.202,90€. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de -5,96€.

Saliente-se que a Golden Broker continua a exibir uma estrutura financeira sólida. Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2014 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Broker eram de 270.918€ (correspondentes a um quarto das despesas gerais fixas, conforme previsto no artigo 11º do Decreto-Lei nº 103/2007), sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 931.400€, o que implica um excesso de fundos próprios de 660.482€ e um rácio de solvabilidade de 27,5%. Deste modo, a Golden Broker terminou o ano de 2014 com o nível de solvabilidade muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

No que toca ao *compliance* e controlo de risco, esta importante função corresponde a uma área orgânica específica, sendo que a respetiva equipa exerce as suas atividades de modo independente, garantindo-se deste modo a autonomia funcional e a prevenção de conflitos de interesses tal como é exigido pelas disposições legais aplicáveis. Durante o ano de 2014 continuou-se a política de desenvolvimento, implementação e reforço de sistemas e procedimentos de controlo da atividade levada a cabo pela sociedade, de modo a garantir a adequação desses procedimentos não só às disposições legais vigentes, como também às exigências de controlo ditadas por uma política de reforço da qualidade e da sustentabilidade das estruturas (técnicas e humanas) da sociedade.

Handwritten initials and a signature.

A este nível a sociedade manteve a sua postura de prudência e de gestão adequada de riscos, com especial destaque para a intransigente salvaguarda do património dos clientes, através do cumprimento pontual da regra da segregação patrimonial. Igualmente deu-se continuidade ao estabelecimento de procedimentos de definição, mensuração e controlo dos riscos de atividade em que incorre a sociedade, em especial do risco operacional.

Conexa com a atividade de *compliance* e com a formação contínua e atualizada dos colaboradores, refira-se que em 2014 a sociedade promoveu diversas ações de formação interna e externa sobre a prevenção do BC-FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram negativos no montante de -413.736,00 €.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em sintonia com as alterações verificadas nas empresas participadas, Golden Assets e Golden Broker, durante o ano de 2014 procedeu-se a uma alteração do Conselho de Administração, com a entrada de um novo Presidente do Conselho de Administração, mas permanecendo a equipa anterior, tendo o anterior PCA assumido as funções de Administrador. Em 31 de dezembro de 2014, coincidindo com o término do mandato, cessou funções o Administrador, Alexandre Miguel Canelas Sampaio Mota, sendo de manifestar o agradecimento pelo tempo em que colaborou com a empresa. Em 2 de janeiro de 2015, realizou-se uma Assembleia Geral que reconduziu, por unanimidade, os membros dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017, a nível do Conselho de Administração, do Fiscal Único e da Mesa da Assembleia Geral.

PERSPETIVAS

O ano de 2015 simboliza o início de um novo posicionamento do Grupo, na medida em que a Golden Broker irá beneficiar de um novo serviço (Golden Future) a disponibilizar pela outra sociedade financeira do Grupo Golden, a Golden Assets.

A nova visão estratégica do Grupo Golden integra a Golden Broker como contribuidora para a qualidade da prestação do serviço Golden Future pelas competências e expertise da equipa, na sua especialização por classes de ativos.

De igual forma, este novo posicionamento promove internamente o sentimento de compromisso em acompanhar os clientes nas suas decisões de investimento, contribuindo para que estas sejam sustentadas, fundamentadas e tomadas em plena consciência dos riscos associados.

Em simultâneo, coloca em valor a área da corretagem, quer na componente da execução de ordens, quer também na componente da disponibilização de estratégias de gestão vocacionadas para a negociação em mercados regulamentados, com relevo para os títulos emitidos por empresas Portuguesas, assim como em outros mercados.

Na vertente comercial irá ser reforçado o enfoque no segmento dos clientes particulares e na captação de novos clientes. Igualmente, a Golden Broker continuará a aperfeiçoar as atuais soluções de investimento baseadas em modelos sistemáticos (GIS Stock Picking, TOP Gun, e GPS), sem descurar a oportunidade de desenvolvimento de novas soluções.

No que concerne o controlo dos custos, continuar-se-á a política de contenção e adequabilidade adotada, sendo de assinalar que já não se verificará em 2015 o impacto negativo derivado do reconhecimento da aquisição da carteira de parte dos clientes de uma sociedade financeira de corretagem, impacto este que abrangeu 2013 e 2014. Pelo exposto, espera-se que a Golden Broker venha a apresentar em 2015 resultados significativamente melhores que o ano passado e, considerando a expectativa do contributo positivo relativo à Golden Assets, que essa melhoria se concretize ao nível dos resultados consolidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 20 de março de 2014

O Conselho de Administração



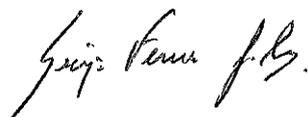
António José Nunes da Silva

Presidente



João Carlos de Magalhães Correia de Matos

Vogal



Sérgio Ferreira da Silva

Vogal

Handwritten initials and a symbol resembling a dollar sign with a vertical line through it.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2014.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2014, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

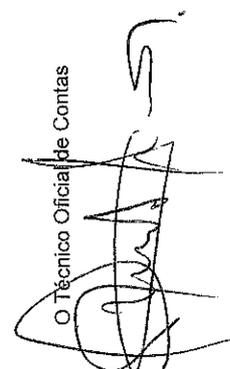
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

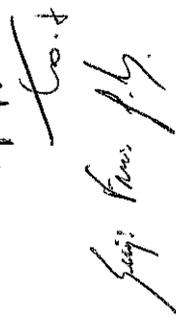
	2014		2013		Notas
	Valor antes de imparidades e amortizações	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 616	-	1 616	1 614	7
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10 689 859	-	10 689 859	12 383 633	9
Aplicações em instituições de crédito	375 000	-	375 000	1 250 000	8
Activos financeiros disponíveis para venda	1 097 741	-	1 097 741	127 414	
Outros activos tangíveis	546 474	(411 919)	134 555	166 394	
Activos intangíveis	105 095	(104 346)	749	-	
Activos por impostos correntes	49 212	-	49 212	-	
Outros activos	1 687 237	-	1 687 237	1 826 741	
Total do Activo	14 552 235	(516 265)	14 035 970	15 755 795	
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
Responsabilidades por serviços prestados			34 673 327	45 129 430	24
Sistema de indemnização aos investidores			33 538	23 105	24
Total do Passivo e Capitais Próprios			14 035 970	15 755 795	
PASSIVO					
Passivos por impostos correntes				38 350	7
Outros passivos subordinados				160 000	9
Outros passivos				12 350 622	8
Total do Passivo				12 510 622	
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital			500 000	500 000	10
Outros instrumentos de capital			5 000	5 000	11
Reservas de reavaliação de justo valor			(21 880)	(9 583)	12
Outras reservas e resultados transitados			1 455 964	1 332 102	12
Resultado consolidado do exercício			(413 736)	123 861	
Total dos Capitais Próprios			1 525 348	1 951 381	

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
 (Montantes expressos em Euros)

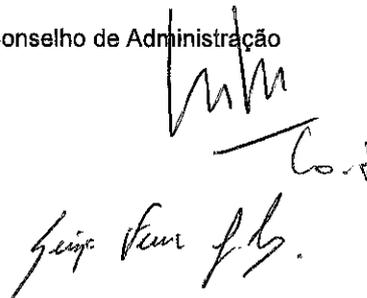
	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	13	41 436	41 173
Juros e encargos similares	13	(996)	(1 173)
Margem financeira		<u>40 439</u>	<u>40 000</u>
Rendimentos de serviços e comissões	14 e 15	2 091 467	2 928 486
Encargos com serviços e comissões	16	(1 296 732)	(1 607 107)
Resultados de reavaliação cambial		201	(6 466)
Outros resultados de exploração	17	(133 068)	(30 570)
Produto bancário		<u>702 309</u>	<u>1 324 344</u>
Custos com o pessoal	18 e 19	(478 946)	(459 821)
Gastos gerais e administrativos	20 e 21	(614 090)	(623 212)
Amortizações do exercício	6	(37 773)	(48 077)
Provisões do exercício	8	39 684	-
Resultado antes de impostos		<u>(388 816)</u>	<u>193 233</u>
Impostos			
Correntes	7	(24 920)	(69 372)
Resultado consolidado após imposto		<u>(413 736)</u>	<u>123 861</u>
Resultado por acção			
Básico	22	(4,14)	1,24
Diluído	22	(4,14)	1,24

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes expressos em Euros)

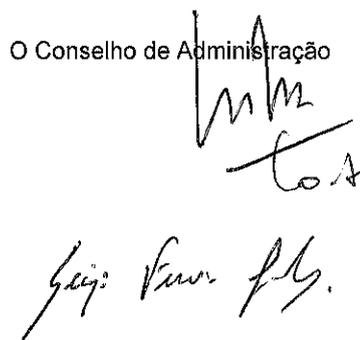
	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		(413 736)	123 861
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		(12 297)	(1 103)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		<u>(426 033)</u>	<u>122 759</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

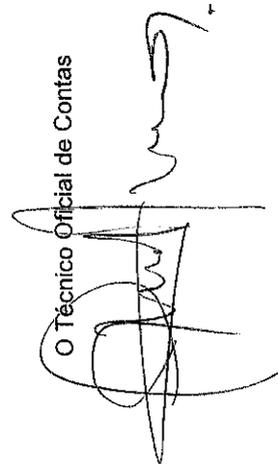
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

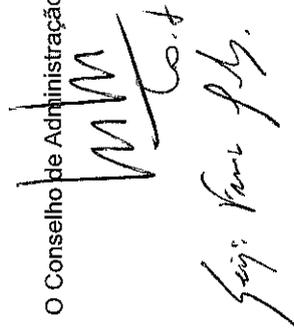
	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		500 000	5 000	(8 480)	1 324 160	7 839	1 828 518
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda		-	-	(1 103)	-	-	(1 103)
Aplicação do resultado do exercício de 2012:							
Transferência para outras reservas e resultados transitados		-	-	-	7 839	(7 839)	-
Outras variações		-	-	-	103	-	103
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013		-	-	-	-	123 861	123 861
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		500 000	5 000	(9 583)	1 332 102	123 861	1 951 381
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	5	-	-	(12 297)	-	-	(12 297)
Aplicação do resultado do exercício de 2013:							
Transferência para outras reservas e resultados transitados		-	-	-	123 861	(123 861)	-
Outras variações		-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014		-	-	-	-	(413 736)	(413 736)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		500 000	5 000	(21 880)	1 455 964	(413 736)	1 526 348

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



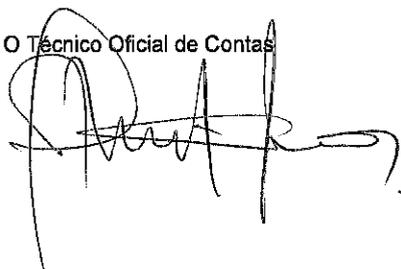
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

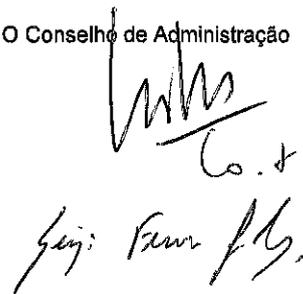
	2014	2013
Actividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	2 103 472	2 976 025
Juros, comissões e encargos similares pagos	(1 067 191)	(1 593 459)
Pagamentos ao pessoal	(493 772)	(448 976)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(88 694)	(42 173)
Resultados de reavaliação cambial	201	(6 486)
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(292 280)	(823 433)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	161 736	61 518
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para venda	(983 699)	501 784
Aplicações em instituições de crédito	875 000	(302 540)
Outros activos	115 786	338 849
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	7 086	538 093
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	(493 012)	(401 069)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(493 012)	(401 069)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(324 190)	198 542
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	-	-
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(5 560)	(8 071)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(5 560)	(8 071)
Actividades de Financiamento:		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(329 750)	190 471
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	387 956	197 485
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	58 206	387 956

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.616	1.614
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	56.590	386.342
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	58.206	387.956
	-----	-----
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	10.633.269	11.997.291
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	375.000	1.250.000
Aplicações de terceiros em instituições de crédito	-	-
	-----	-----
Disponibilidades constantes do balanço	11.066.475	13.635.247
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os montantes de 10.633.269 Euros e 11.997.291 Euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em abril de 2003, e que tem como atividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de fevereiro.

Durante o exercício de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à atividade do Grupo Golden e refletidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2014, foram as seguintes:

- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (alteração): esta norma foi revista para restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (alteração): foram introduzidas alterações a esta norma para garantir a consistência com as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (alteração): a revisão desta norma clarifica determinados aspectos relativos à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, nesta matéria, a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que se refere à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades: esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

O efeito nas demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA's, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objeto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos acionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos ativos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efetiva e do período de detenção respetivos, após se efetuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transações realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

a) Ativos financeiros

i) Outros ativos – contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 8).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como ações e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

b) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

1.3. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos ativos, são reconhecidos como custo do exercício.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamentos de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

1.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

1.6. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.7. Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2014.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

1.8. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 13).



(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - Valor da transação intermediada;
 - Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - b) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

1.9. Rubricas extrapatrimoniais

1.9.1. Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respetivo valor nominal (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

1.9.2. Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 3).

Os ativos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e ações. As ações são valorizadas de acordo com as respetivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nos preços disponibilizados pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

1.10. Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.



(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

1.11. Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

1.12. Gestão do risco financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que o Grupo maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo.

1.13. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 8).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.14. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital	Actividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A.	Porto	Empresa-mãe	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Disponibilidades de terceiros:</u>		
BNP	3.088.319	3.186.509
Banco Comercial Português, S.A.	1.415.079	77.788
Saxo Bank A/S	1.309.019	2.475.131
Novo Banco, S.A.	1.197.125	618.792
Lombard Odier	1.048.122	-
Banco Invest, S.A.	855.406	1.505.474
Banco Fincor	711.785	-
Banco BPI, S.A.	246.228	24.081
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	229.634	181.975
Banco BIC	171.597	-
Banco Santander Totta, S.A.	90.873	1.150
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	84.965	82.388
Branque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A.	65.442	3.719.543
Montepio Geral	55.250	16.503
L.J. Carregosa, S.A.	50.555	50.678
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	6.404	21.201
Banco BEST, S.A.	5.916	5.916
MF Global	1.551	4.351
Banco Português de Negócios, S.A.	-	25.812
	<u>10.633.269</u>	<u>11.997.291</u>
<u>Disponibilidades da Sociedade:</u>		
Novo Banco	27.482	352.973
Banco Comercial Português, S.A.	14.721	29.975
Banco Invest, S.A.	14.387	3.393
	<u>56.590</u>	<u>386.342</u>
	<u>10.689.859</u>	<u>12.383.633</u>

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço da Sociedade não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Em 31 de dezembro de 2014, do total de disponibilidades de terceiros o montante de 2.068.087 Euros (2.308.919 Euros em 2013) refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

Em 31 de outubro de 2011 a instituição financeira MF Global foi declarada insolvente. A essa data a Empresa detinha um valor em depósitos à ordem, por conta dos seus clientes, no montante de 20.000 dólares dos Estados Unidos. De imediato, a 3 de novembro de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade efetuou uma reclamação junto do administrador judicial com vista à liquidação do valor em causa tendo este foi informado que estavam a ser adotados todos os procedimentos com vista à

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

segregação de ativos de clientes e da MF Global, à tomada de controlo desses ativos e ao apuramento dos valores devidos aos clientes. A 3 de maio de 2012, a 30 de agosto de 2013, em 24 de abril de 2014 e em 24 de novembro de 2014 a Golden Broker recebeu quatro transferências bancárias que permitiram reduzir o valor em causa. Aplicando a taxa de câmbio Eur/Usd de 31.12.2014 resulta num valor por receber de cerca de 1.551 Euros. É do entendimento do Conselho de Administração que o valor reclamado e ainda em falta será recuperado e daí não advirão perdas para os seus clientes.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica é constituída por dois depósitos a prazo próprios: i) um na instituição financeira Novo Banco, S.A. no montante de 225.000 Euros, o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em novembro de 2015 e, ii) um na instituição financeira Banco Comercial Português, S.A. no montante de 150.000 Euros, o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em junho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica é constituída por quatro depósitos a prazo próprios: i) dois na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. um no montante de 500.000 Euros, e outro no montante de 250.000 Euros, os quais vencem juros a taxas de mercado e têm o seu vencimento em junho de 2014 e, ii) dois na instituição financeira Banco Comercial Português, S.A. no montante de 250.000 Euros, cada, o qual vencem juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em outubro de 2014.

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	27.334	24.914
Obrigações de emissões públicas internacionais - taxa fixa	967.908	-
	<u>995.241</u>	<u>24.914</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>1.097.741</u>	<u>127.414</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2014	Valor de balanço 31.12.2014	Valor de balanço 31.12.2013	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro - OT 4,35% 2010/2017	2.500.000	0,01€	109,335%	27.334	24.914	24.688
Obrigações do Tesouro - RAGB 3,5% 2007/2015	60.000.000	0,01€	101,885%	611.310	-	620.725
Obrigações do Tesouro - RAGB 3,50% 2015	35.000.000	0,01€	101,885%	356.597	-	361.900
				<u>995.241</u>	<u>24.914</u>	

Em 31 de dezembro de 2014, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor com base na cotação naquela data fornecida pela Bloomberg Finance L.P.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as Obrigações do Tesouro – OT 4,35 2010/2017 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos financeiros disponíveis para venda – "Instrumentos de Capital" correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Conforme a política definida na Nota 1.2. a) ii), este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, sendo entendimento do Conselho de Administração que o mesmo não excede o seu valor estimado de realização. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Ativo	Capital Próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2014	2.421.316	1.793.258	7.628	4.145.950
2013	2.594.795	1.780.789	10.341	3.902.915

6. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas rubricas "Ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis", bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2014				
	Ativo bruto				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	103.972	1.23	-	-	105.095
	<u>103.972</u>	<u>1.23</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105.095</u>
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e equipamento	33.929	-	-	(472)	33.457
Equipamento informático	143.700	5.443	-	-	149.143
Equipamento de transmissão	30.741	589	-	-	31.330
Material de transporte	34.000	-	-	-	34.000
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>540.914</u>	<u>5.443</u>	<u>-</u>	<u>(472)</u>	<u>546.474</u>
	<u>644.886</u>	<u>5.443</u>	<u>-</u>	<u>(472)</u>	<u>651.569</u>
Rubricas	2014				
	A mortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	103.972	374	-	-	104.346
	<u>103.972</u>	<u>374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.346</u>
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	154.794	21.301	-	-	176.095
Mobiliário e equipamento	31.765	1.197	-	-	32.962
Equipamento informático	137.882	5.020	-	-	142.902
Equipamento de transmissão	29.360	1.380	-	-	30.741
Material de transporte	17.001	8.500	-	-	25.501
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
	<u>374.521</u>	<u>37.399</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>411.920</u>
	<u>478.493</u>	<u>37.772</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>516.265</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Rubricas	2013				
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	103.972	-	-	-	103.972
	<u>103.972</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103.972</u>
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e equipamento	35.073	232	-	(1.377)	33.929
Equipamento informático	135.862	7.838	-	-	143.700
Equipamento de transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Material de transporte	13.100	-	-	(97.000)	34.000
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>631.220</u>	<u>8.071</u>	<u>-</u>	<u>(98.377)</u>	<u>540.914</u>
	<u>735.192</u>	<u>8.071</u>	<u>-</u>	<u>(98.377)</u>	<u>644.886</u>

Rubricas	2013				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	102.504	1.468	-	-	103.972
	<u>102.504</u>	<u>1.468</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103.972</u>
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	133.077	21.717	-	-	154.794
Mobiliário e equipamento	31.180	1.962	-	(1.377)	31.765
Equipamento informático	130.894	6.988	-	-	137.882
Equipamento de transmissão	27.980	1.380	-	-	29.360
Material de transporte	81.250	14.563	-	(78.813)	17.001
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
	<u>408.100</u>	<u>46.610</u>	<u>-</u>	<u>(80.189)</u>	<u>374.520</u>
	<u>510.604</u>	<u>48.077</u>	<u>-</u>	<u>(80.189)</u>	<u>478.492</u>

7. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos por impostos correntes são como segue:

	2014	2013
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	21.607	-
Retenção na fonte	21.659	-
Pagamentos por conta	5.946	-
	<u>49.212</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os passivos por impostos correntes são como segue:

	2014	2013
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	(1.866)
Estimativa de imposto corrente do exercício	-	(38.350)
	<u>-</u>	<u>(40.216)</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 24,5% e 26,5%, respetivamente.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		(388.816)		193.233
Imposto apurado com base na taxa nominal	24,50%	-	26,50%	51.207
Tributação autónoma		24.133		17.933
Outros		787		232
Imposto apurado com base na taxa efetiva	-6,41%	24.920	35,90%	69.372
Do qual:				
- Imposto corrente		24.920		69.372

8. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros ativos" pode ser detalhada como segue:

	2014	2013
<u>Devedores diversos:</u>		
Devedores por operações em derivados - conta margem	1.612.521	1.517.512
Devedores por operações sobre valores mobiliários - imparidade	-	(39.684)
	<u>1.612.521</u>	<u>1.477.828</u>
Rendimentos a receber	35.476	469
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Licenças de softw are	2.404	2.231
Rendas	14.000	9.000
Outros	13.935	258.548
	<u>30.339</u>	<u>269.779</u>
Contas a regularizar	-	24.212
Outros devedores	8.901	27.592
<u>Outros ativos - Sector Público Administrativo:</u>		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	-	26.861
	<u>1.687.237</u>	<u>1.826.741</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Fornecedores e outros credores</u>		
Credores por operações em derivados - conta margem	1.612.521	1.517.512
Credores por operações sobre valores mobiliários	10.565.798	11.807.756
Fornecedores	39.394	127.256
	<u>12.217.713</u>	<u>13.452.524</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Comissões	17.679	38.234
Remunerações	48.634	63.460
Outros custos administrativos	18.653	18.045
	<u>84.966</u>	<u>119.740</u>
<u>Outros passivos - Sector Público Administrativo</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	34.227	19.455
Contribuições para a segurança social	12.364	8.617
Imposto sobre o Valor Acrescentado a pagar	158	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	-	1.866
Imposto do selo	1.194	1.996
	<u>47.942</u>	<u>31.934</u>
	<u>12.350.622</u>	<u>13.604.198</u>

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2014 e 2013 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Relativamente à Sociedade Golden Actives – SGPS, S.A. a legislação comercial vigente determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor” no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5).

O valor registado na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” inclui 49.896 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos ativos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.1).

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Depósitos à ordem e a prazo	7.193	4.375
Juros de operações em instituições de crédito	18.235	35.021
Outros juros e rendimentos similares	16.008	1.778
	<u>41.436</u>	<u>41.173</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros juros e encargos similares (Nota 21)	(996)	(1.173)
	<u>(996)</u>	<u>(1.173)</u>

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Atividades de corretagem:</u>		
Comissões corretagem - fora de bolsa	1.197.766	1.234.436
Comissões de corretagem - bolsa	744.733	1.568.653
Outras comissões	2.064	2.818
	<u>1.944.563</u>	<u>2.805.907</u>
<u>Atividades de gestão de ativos:</u>		
Depósito/Guarda de valores	-	14
Comissões de gestão	60.515	49.624
Comissões de performance	53.509	9.002
Comissões de consultoria	32.880	63.939
	<u>146.904</u>	<u>122.579</u>
	<u>2.091.467</u>	<u>2.928.486</u>

15. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram, maioritariamente gerados por serviços prestados a clientes sedeados no mercado nacional.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Atividades de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem	(785.829)	(973.506)
<u>Atividades de gestão de ativos:</u>		
Comissões de gestão	(477.607)	(601.037)
<u>Serviços bancários</u>	(33.296)	(32.563)
	<u>(1.296.732)</u>	<u>(1.607.107)</u>

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto sobre o Valor Acrescentado suportado	(49.538)	(42.459)
Contribuições para o sistema de indemnizações	(2.730)	(8.449)
Outros custos	(99.411)	(64.774)
	<u>(151.679)</u>	<u>(115.682)</u>
Outros ganhos e rendimentos	18.611	85.112
Outros resultados de exploração	<u>(133.068)</u>	<u>(30.570)</u>

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 19)	67.818	76.837
Remunerações dos colaboradores	318.438	302.328
Encargos sociais obrigatórios	92.689	80.656
	<u>478.946</u>	<u>459.821</u>

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, pode ser resumido como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores - Executivos	2	2
Diretores	-	0
Pessoal técnico	10	11
Pessoal administrativo	1	1
	<u>13</u>	<u>14</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2014 e 2013, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 67.818 Euros e 76.837 Euros, respetivamente (Nota 18).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser discriminadas como segue:

	2014	2013
Alexandre Mota	63.415	52.087
António Nunes da Silva	4.403	-
Fernando Pereira	-	15.750
Helena Coelho	-	4.500
Alfredo Menezes	-	4.500
	<u>67.818</u>	<u>76.837</u>

O Fiscal Único do Grupo é a Patrício Moreira & Valente, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, uma remuneração global de 9.800 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Serviços especializados	273.380	252.516
Rendas e alugueres (Nota 21)	156.249	140.186
Deslocações e estadas	87.618	83.018
Comunicações e despesas	37.648	43.492
Rendas de locação operacional	17.750	22.519
Publicidade (Nota 21)	11.123	29.366
Outros	30.322	52.116
	<u>614.090</u>	<u>623.212</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 156.249 Euros (162.704 Euros em 31 de dezembro de 2013) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que o Grupo age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	2014	2013
Vencíveis em		
N+1 renovável automaticamente	150.000	120.000
N+1	22.040	33.315
N+2	4.352	22.040
N+3	11.465	4.352
N+4	-	11.465
N+5	-	-
Após N+5	-	-
	<u>187.857</u>	<u>191.170</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	2014	2013
Outros passivos (Credores por operações sobre valores mobiliários)		
Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	8.346.508	7.113.663
	<u>8.346.508</u>	<u>7.113.663</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2014								
	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa condição	Golden Corporate - Consultores, Lda	Vintageburgo	UPFINANCE	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD
Rendas e alugueres (Nota 20)	(12.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	-	-	(1850)	-	-	-	-	-
Juros suportados (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	(1.556)	-
Comissões suportadas	-	-	-	-	(7.818)	(22.976)	(7.100)	-	-
Serviços especializados	-	-	(439)	-	-	-	-	-	(30.000)
Comissões recebidas	-	445.395	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-

	31.12.2013					
	Solid Assets	Golden Assets	Golden Corporate - Consultores, Lda	Vintageburgo	UPFINANCE	Vasco Freitas
Rendas e alugueres (Nota 20)	(19.500)	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(36.000)	(1.900)	-	-	-
Comissões suportadas	-	(50.000)	-	(12.043)	(24.433)	(89.957)
Comissões recebidas	-	261.544	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-

22. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2014	2013
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	(413.736)	123.861
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	(4,14)	1,24
Diluído	(4,14)	1,24

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2015. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

24. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	33.538	23.105
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.2 h.i)	29.274.687	38.392.632
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2 h.ii)	5.398.640	6.736.799
	<u>34.673.327</u>	<u>45.129.430</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2014, ascende a 27.334 Euros (Nota 5).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Os ativos geridos, em 31 de dezembro de 2014 e dezembro de 2013 apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Ações	2.042.782	1.829.080
Fundos de investimento imobiliário	306.238	349.869
Outros	3.049.620	4.557.850
	<u>5.398.640</u>	<u>6.736.799</u>

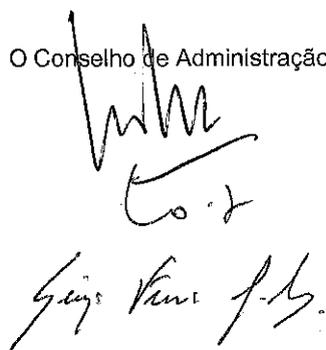
Estes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.9.

Os ativos geridos pela Sociedade incluem cerca de 670.000 Euros de títulos do Grupo BES e 980.000 Euros de títulos da Liminorke.

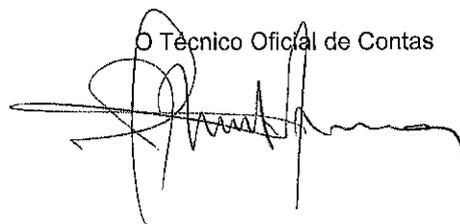
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os “Fundos de investimento mobiliários” são, essencialmente, compostos como segue:

	2014			2013		
	Quantidade	Valor unitário	Total	Quantidade	Valor unitário	Total
Hayman Capital	252	1.022,46	257.844	319	911,39	290.524
Atmosphere Low Vol	428	113,16	48.394	516	110,10	56.785
Winton Class HE	-	-	-	23	112,46	2.560
			<u>306.238</u>			<u>349.869</u>

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Golden Actives mantém-se idêntica à que foi aprovada em 28 de Março de 2013, e já objeto de divulgação nos Relatórios de Gestão relativos aos exercícios de 2012 e 2013. Por esse motivo, procede-se de seguida, para os efeitos previstos para as normas legais aplicáveis, à divulgação da mencionada Política de Remuneração que faz parte integrante, como anexo, do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014.

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO
DA GOLDEN ACTIVES – SGPS, S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no art. 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da **GOLDEN ACTIVES – SGPS, S.A.** (Golden Actives).

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Actives tem em atenção que os membros desempenham funções nas sociedades participadas, sendo aí remunerados de acordo com as Políticas de Remunerações divulgadas nos respetivos Relatórios de Gestão de 2014. Deste modo, tais administradores não são objeto de qualquer remuneração pelas funções exercidas nesta sociedade.

Os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa, determinada em linha com os critérios e práticas utilizadas nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere.

Porto, 27 de março de 2015



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Golden Actives - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço de 14.035.970 euros e um total de capital próprio de 1.525.348 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 413.736 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 20 de março de 2015

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA
Representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC nº 1034)



RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 508-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de dois mil e catorze da Golden Actives - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., que compreendem o balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados, a demonstração das alterações do capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, bem como o respetivo relatório de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Foi deliberado emitir relatório e propor que as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2014 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 20 de março de 2015

O Fiscal Único

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA
Representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC nº 1034)